

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

## Sujeito-racional ou sujeito-descentrado? A Problemática do Sujeito na Modernidade e Sua Apropriação nos Estudos Organizacionais

Kettle Duarte Paes<sup>1</sup>

Eloise Helena Livramento Dellagnelo<sup>2</sup>

### Resumo:

Este ensaio visa discutir a problemática do sujeito na modernidade, sobretudo na epistemologia lacaniana, e seu rompimento com a visão tradicional do sujeito na modernidade, refletindo sua influência para as teorias organizacionais. O sujeito moderno é o sujeito do *cogito* cartesiano, racional, pleno e autoconsciente. Essa noção de sujeito foi apropriada pelas correntes do pensamento administrativo o que não é sem efeito para as práticas de organização que impõe. Os apontamentos de Nietzsche, consubstanciados na no movimento pós-estruturalista desconstruem os traços essencialistas do sujeito cartesiano para pôr em seu lugar um sujeito que se constitui no e pelo discurso, um sujeito-descentrado da noção de razão e sem essência. Essa qualidade ontológica do ser não permite seu fechamento numa identidade fixa. No pós-estruturalismo, o sujeito é sempre um vir a ser, que se move de identificação em identificação, em uma contingência necessária e estruturante. Nos estudos Organizacionais a noção de sujeito-descentrado pode ser vistas nas abordagens das correntes críticas ligadas ao pós-estruturalismo.

Palavras-chave: Sujeito-racional; sujeito-descentrado; Estudos Organizacionais

---

<sup>1</sup> kettlep@yahoo.com.br

<sup>2</sup> eloiselivramento@gmail.com

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

## Introdução

“Pode-se admirar o homem como um poderoso gênio construtivo, que consegue erigir sobre fundamentos móveis e como que sobre a água corrente uma cúpula conceitual infinitamente complicada: sem dúvida, para encontrar apoio sobre tais fundamentos, tem de ser uma construção como que de fios de aranha, tão tênue a ponto de ser carregada pelas ondas, tão firme a ponto de não ser despedaçada pelo sopro de cada vento. Como gênio construtivo o homem se eleva, nessa medida, muito acima da abelha: esta constrói com cera, que recolhe da natureza, ele com a matéria muito mais tênue dos conceitos, que antes tem de fabricar a partir de si mesmo”. (NIETZSCHE, F. Sobre verdade e mentira no sentido extramoral).

A problemática do sujeito é um empreendimento recente na história da humanidade. Dela decorrem implicações epistemológicas e ontológicas que colocam em disputa diversos discursos nos mais variados campos do conhecimento: educação, teoria política, psicanálise, administração. Para Foucault (1999), a pergunta kantiana: o que é o homem é a mais embaraçosa já feita na modernidade uma vez que ela coloca em evidência a relação sujeito/objeto e suas implicações.

Se os filósofos da Antiguidade Clássica se ocupavam em desvendar a origem e as transformações da natureza, o problema que se impôs à filosofia moderna foi o de indagar sobre o conhecimento e, portanto sobre o sujeito. É com a modernidade que valores como racionalismo, humanismo e liberdade tornam-se essenciais e a razão tornou-se o centro do conhecimento (FOUCAULT, 1999).

Assim, de Descartes e Kant herdamos a noção de sujeito-racional, um ser racional e pleno que por meio do atributo da razão faz escolhas conscientes. Não obstante, somos também herdeiros dos valores metafísicos daí decorrentes e seu regime de verdade que busca no mito das origens uma sociedade reconciliada.

O pensamento moderno e humanista também produziu uma ideia de homem-substância que desconsidera a multiplicidade, a diferença e a contingência em nome de leis necessárias, do espírito absoluto da história, do ser e do tempo linear. Esse

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

homem-substância é o fundamento dos valores primaciais da modernidade, a racionalidade, a liberdade e o individualismo, que constituem a base sobre a qual se erigiram as ciências humanas de maneira geral e a ciência das organizações de maneira particular.

Entretanto, contra esse regime de verdade vários golpes foram desferidos. É sabido que essa hegemonia é questionada, tanto no campo mais amplo das ciências humanas (NIETZSCHE, FREUD, MARX, LACAN, DELEUZE) quanto no campo mais restrito das teorias organizacionais (CLEGG e HARDY, 1998; PAULA, 2012, 2013; ALCADIPANI e TURETA, 2009, PEREIRA e CARRIERI, 2005; MISOCZKY e FLORES, 2009; MISOCZKY, 2009).

Assim, o primeiro pensador que começou a questionar a noção de sujeito foi Karl Marx (1818-1883) para quem os indivíduos se constituem a partir das condições materiais de sua produção. Contudo, a crítica mais contundente desferida a tradição filosófica ocidental veio de Friedrich Nietzsche (1844-1900), para quem, o sujeito longe de ser uma substância, é, pois, um lugar vazio, emergindo nas relações de poder e atravessado por forças sociais e libidinais.

Se Nietzsche, desferiu um golpe mortal à concepção de sujeito na modernidade é Sigmund Freud (1856-1939) que exuma o que resta do cadáver, com sua invenção, o inconsciente. Por essa noção, Freud, deixa evidente que o ser humano é movido por impulsos e afetos inconscientes. Assim, Freud impingiu à humanidade, como ele próprio gostava de dizer, a terceira ferida narcísica, qual seja a de fazer saber que o Eu, ao contrário do que pensa, não é o senhor em sua própria casa. As três feridas narcísicas desferidas contra a humanidade, Segundo Freud (1996[1916]) são: Copérnico quando afirma que a terra não é o centro do universo, Darwin quando diz que descendemos dos primatas e Freud quando diz que o Eu não sabe de si, como pensa saber.

Nesse sentido, a noção de sujeito é central nesse trabalho. Assim, nessa pesquisa são questionados os pressupostos epistemológicos que fundamentam a ideia de homem na tradição dos Estudos Organizacionais, tributária que é da tradição filosófica ocidental que entende o sujeito como uma substância fixa, cristalizado na noção de razão. Para fazer essa reflexão nos apoiamos nos pensamentos de Nietzsche e, sobretudo na epistemologia pós-estruturalista da qual advém a ideia de sujeito-descentrado, constituído pelo discurso que abriga e (re)produz os valores da cultura de seu tempo.

Diante do exposto, pretende-se nesse trabalho *problematizar a noção de sujeito no pensamento filosófico moderno e refletir suas implicações para a área de Estudos Organizacionais*.

A premissa aqui é que a visão que se tem de sujeito se reflete na forma como se teorizam e se organizam as práticas sociais de maneira geral e as práticas organizacionais de maneira particular. Isso implica dizer que, se as práticas hegemônicas em organizações se pautam pelos princípios do cálculo racional, da objetividade e pela lógica do resultado, princípios que se refletem a imagem e semelhança do sujeito moderno. Uma outra ideia de sujeito, diferente ao que é

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

propagado na modernidade, requer pensar as práticas organizacionais pautadas por outros princípios, que ensejam práticas organizacionais alternativas ao mainstream.

Diante disso, busquei demonstrar quais são os valores e, portanto, as ideologias sobre as quais se constroem a noção hegemônica de homem na modernidade e consequentemente as bases das teorias organizacionais hegemônicas. Essa construção não se dá num vazio, mas sim em razão da visão de mundo que emerge da ruptura com os valores da Idade Média que substituem o coletivo, pelo indivíduo, os mitos e a fé, pela razão e a servidão pela liberdade.

Assim, a importância desse estudo insere-se na perspectiva de contribuição teórica para as pesquisas que buscam desnaturalizar os fundamentos epistemológicos da área da administração (CARVALHO e VIEIRA, 2007; MISOCZKY e FLORES, 2009) que veem no management a única e melhor forma de organizar (PARKER, 2002) fundada nos pressupostos de eficiência e do cálculo utilitário de consequência.

Isso porque, conforme apontam Serva et al (2010) apesar da necessidade urgente de desenvolver teorias que tentem explicar as práticas organizacionais de uma forma mais complexa, a grande maioria das pesquisas desenvolvidas na área ainda apresenta métodos tradicionais de orientação positivista e funcionalista.

## **Humanismo e humanização: a fabricação do homem racional**

O humanismo é uma metafísica nos termos de Heidegger (2008) e encontrou solo fértil no pensamento filosófico ocidental. Conforme Jaeger (2010) a palavra humanismo adveio da concepção de *humanitas*, que significava paidéia, educação, formação do homem. Segundo esse entendimento, o humanismo consistia em se destacar a importância do estudo das línguas e dos autores latinos e gregos para a formação do homem. A meta humanista não era apenas a de conhecer a natureza específica do homem, mas, sim fortalecê-la e potencializá-la (JAEGER, 2010).

Para Jaeger (2010), os gregos singularizam-se na antiguidade pelo mérito de terem situado o problema do homem como uma invenção ligada à epopeia, à poesia, à lírica, ao trágico. E, a partir do século IV em diante, observa-se um desenvolvimento filosófico que perseguiu um ideal de formação humana ao qual se chamou de humanismo, concepção inédita sobre a noção de homem (JAEGER, 2010).

Conforme o autor, esta representação singular do homem advindo da cultura grega ultrapassa a noção do homem como ser gregário ou como eu autônomo. Esta invenção do homem pelos gregos não foi certamente a do eu subjetivo, mas a consciência gradual das leis gerais que determinam, segundo acreditavam, a essência humana. Contudo, Jaeger (2010) chama a atenção para o fato de que a noção de homem inventada pelos gregos não era análoga aquela do pensamento cristão e moderno do eu. Com os gregos não se tinha ainda uma ideia de alma individual, consciente do seu íntimo, o que veio a se consolidar como tal a partir de Descartes.

Assim, a partir da formulação do cogito cartesiano é que se constituíram as bases históricas e ideológicas para a consolidação do *ethos* humanizador, legado à posteridade por meio do processo de formação/educação. Nesse sentido, no

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

entendimento de Jaeger (2010) haverá sempre humanismo onde quer que a educação se proponha a formar e a aperfeiçoar a imagem do homem.

Heidegger (2008) observa que na história da filosofia ocidental, o humanismo, de modo geral, se empenhou para que o homem se tornasse livre para encontrar sua humanidade, e, portanto sua dignidade, então o humanismo se distingui, em cada caso, segundo a concepção de natureza humana, surgindo diferentes caminhos que levam à sua realização: o humanismo de Marx, o humanismo cristão, o humanismo de Sartre.

Dado que para Heidegger (2008, p. 334) “todo o humanismo é metafísico”, a questão sobre o homem, o que ele é ou quem ele é não é uma questão antropológica, mas, essencialmente, uma problemática ontológica. A tarefa ontológica fundamental consiste em investigar os modos de essencialização do homem e que, por sua vez, determinam as concepções prévias que subjazem as pesquisas ônticas do campo das ciências sociais.

Do ponto de vista ontológico vale problematizar as interpretações humanistas pelas quais o homem é essencializado em seu ser, seja como animal racional e suas derivações, tais como, homem economicus, homem social, homem organizacional; seja por meio dos princípios cartesiano e kantiano e seus desdobramentos como eu, ego, consciência, sujeito, pessoa; todas essas definições não são declaradas falsas e nem brotam por geração espontâneas da cabeça dos pesquisadores, dadas dimensões ônticas<sup>3</sup>.

O problema é que para a ontologia a essência do homem depende de sua relação com o ser, e não de algum tipo de racionalidade e de outras características ou propriedades ônticas como as listadas acima. O fato é que a tradição é encobridora da origem dos conceitos que ela mesma produz (HEIDEGGER, 2008). O esquecimento do momento político de qualquer ideia sobre o mundo é obra de toda ordem hegemônica (LACLAU, 1994).

Heidegger (2008) faz uso do termo Dasein (ser-aí) para designar o homem e evitar os vocábulos homem/sujeito/indivíduo em razão das pressuposições e concepções herdadas da tradição filosófica ocidental. Em *Ser e Tempo*, o autor sublinha que uma das principais tarefas a que se impõe é mostrar que o princípio de um eu e de um sujeito, dados como ponto de partida, deforma, irremediavelmente o fenômeno do Dasein. Desse modo, Heidegger (2012, p. 82) justifica que “não é, portanto, por capricho terminológico que evitamos o uso desses termos bem como das expressões ‘vida’ e ‘homem’ para designar o ente<sup>4</sup> que nós mesmos somos” (HEIDEGGER, 2000, p.82).

Para Heidegger, desde Platão e Aristóteles vigoraria um pensamento que é, em

---

<sup>3</sup> A dimensão ôntica é onde as coisas tem existência é onde habitam os seres humanos e todas as outras coisas tangíveis (HEIDEGGER, 2008).

<sup>4</sup> Ente é tudo o que existe, “tudo que já foi e tudo que ainda será, tudo que é visível e tudo que é invisível e, em certo sentido, tudo que é temporal e tudo que é atemporal. Dizemos, por exemplo, o homem é, o sapato é, a mesa é, mas também, deus é, a eternidade é, os anjos são”. (HEIDEGGER, 2011, p. 42).

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

si mesmo, uma *techné*, um processo de calcular a serviço da (re)produção da realidade (HEIDEGGER, 2008). Desse modo, o humanismo não é, portanto, contrário, mas um elemento correlato ao surgimento do pensamento tecnicista. O pensamento filosófico ocidental e seu correlato, o humanismo, abandonaram o ser como elemento do pensar, em favor do seu cálculo e substancialização (HEIDEGGER, 2008).

## **Concepções de Sujeito na Modernidade: Do sujeito-racional ao sujeito-descentrado**

A noção de sujeito é uma problemática que se coloca perante diversas disciplinas, tais como, por exemplo, a educação, o direito, a psicologia, a pedagogia, a administração e a psicanálise, assumindo sentidos diferentes conforme as tradições teóricas nas quais esteja referenciado. Assim, na tradição filosófica antiga, ele pode ser encontrado já em Platão, sendo definido por Aristóteles como animal racional (VAZ, 1998).

Na tradição aristotélica o homem é tomado com um ser que possui qualidades fixas definidas a priori, cristalizadas, sobretudo na ideia de razão. O homem foi definido por Aristóteles como *Zoon logikon*, um animal racional que fala e pensa. Na dimensão coletiva como *Zoon polítikon*, um animal, membro da pólis. Para Aristóteles, o homem é complexo e tão capaz de desejos quanto de razão. O homem é o único *Zoon* com capacidade para agir orientado por uma moral, de modo que suas ações e juízos resultam ora em vício, ora em virtude (JAEGER, 2010).

Nesta tradição, o sujeito é o ente ao qual se atribuem predicados, ou seja, qualidades e determinações. A ideia do sujeito como substância permaneceu inalterado através de uma longa tradição que passa por Descartes, Hobbes, Locke, Hume, Leibniz, Espinosa. Entretanto, cabe sublinhar que, embora possamos encontrar uma ideia de homem desde a antiguidade filosófica grega, o homem enquanto fundamento do conhecimento é algo recente na história da humanidade e emerge das reflexões de Descartes sobre o *cogito* (JAEGER, 2010; VAZ, 1998).

Em Descartes, a razão é a única maneira de conhecimento verdadeiro, o que conduz a emergência do sujeito como fonte de todo o conhecimento. Esse filósofo acreditava na existência da verdade absoluta, incontestável, e, para atingi-la, desenvolveu o método da dúvida metódica, que consistia em questionar todas as teorias pré-existentes. Para tanto, Descartes adota o próprio “eu” como campo de batalha entre a certeza e a incerteza. Assim, a verdade absoluta estaria sintetizada na fórmula “eu penso” com base na qual concluiu sua própria existência: *penso, logo existo* (HESSEN, 2003).

Para Kant (2002), a realidade não é externa ao indivíduo, e, é o sujeito que por meio de certas faculdades a priori concede sentido e ordem a realidade que o rodeia. O conhecimento surge como representação, sendo a razão, nesse processo, a responsável pelo sujeito representar e conhecer o mundo em aparência. Para Kant, não podemos apreender a coisa em si, a essência dos fenômenos, somente atingimos a aparência deles (HESSEN, 2003).

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Nietzsche (2006) foi um crítico contumaz do pensamento filosófico ocidental, e, sobretudo das consequências desse pensamento para a modernidade. Para ele, a história do pensamento ocidental configurou-se como uma busca por um fundamento, por uma explicação sobre as coisas do mundo. O pensamento ocidental, desde Sócrates, Platão e Aristóteles até os filósofos modernos Kant e Hegel, foi a história de uma ilusão que produziu a crença na identidade, na essência do ser e na verdade. Esta crença é o produto da necessidade humana de duração e apoia o anseio metafísico por um fundamento sobre as coisas.

Para Nietzsche (2006), a história da filosofia moderna se configura na cristalização da ideia de substância. Assim, o que sustenta a busca pelo conhecimento é a crença de que existe uma verdade irreduzível a ser alcançada. Entretanto, o autor, adverte que a existência de uma essência do mundo é uma ficção já que no mundo, ao contrário da unidade/identidade, impera a multiplicidade.

O estruturalismo, movimento filosófico associado a linguística estrutural, emerge na década de 1960 e põe em questão a noção de sujeito racional defendido pela tradição filosófica, bem como a ideia de verdade. O estruturalismo compartilhava a ideia de que sobre o sujeito operavam forças estruturais que determinariam suas ações. Desse modo, em virtude da prevalência das forças estruturais frente à capacidade de ação do sujeito, o estruturalismo sofreu duras críticas.

Assim, a crítica à ausência de sujeito perante as estruturas por parte dos intelectuais da Sorbonne contribuiu para abalar as bases do pensamento estruturalista. Contudo, a decadência do estruturalismo propriamente dita é marcada pela crítica iniciada internamente por Jacques Derrida (1978) ao estruturalismo. Este estudioso elabora uma crítica ao logocentrismo e advoga por um “descentramento” da estrutura.

Para Derrida (1978), o “descentramento” da estrutura e do sujeito soberano pode ser encontrado na crítica nietzscheana da metafísica, especialmente na crítica dos conceitos de “ser” e de “verdade”; na crítica freudiana da autopresença, consciência e do sujeito e, mais radicalmente, na destruição heideggeriana da metafísica platônica. Derrida, seguindo Nietzsche, Heidegger e Saussure, questiona os pressupostos que governam o pensamento binário, demonstrando como as oposições binárias sustentam, sempre, uma hierarquia ou uma economia que opera pela subordinação de um dos termos da oposição binária ao outro (DOSSE, 2007; SCHRIFT, 1995).

A retomada da noção de sujeito, entre outros, foi o ponto de inflexão que fez emergir o chamado pensamento pós-estruturalista. O pós-estruturalismo é, por certo, uma tentativa de reelaboração da noção de sujeito fora da conotação ontológica que implica a alternativa entre o sujeito da liberdade radical do humanismo filosófico ou a morte do sujeito do estruturalismo.

As leituras de Nietzsche feitas por Foucault, Deleuze e Derrida, desde o início dos anos 60 até os anos 70 e 80 são decisivas para a emergência do pós estruturalismo, e a recepção francesa de Nietzsche representa, certamente, a influência mais importante do pós-estruturalismo (PETERS, 2000, DOSSÉ, 2007, MARTON, 2009), figurando como germe de muitas das inovações teóricas empreendidas.

Contudo, já as conferências proferidas por Heidegger nos anos 30 recuperaram e ressignificaram a crítica nietzschiana da modernidade. Eis que a

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

emergência do pós-estruturalismo somente possa ser compreendida ao se considerar o meio intelectual francês do pós-guerra. Um campo dominado por forças intelectuais variadas que vai do legado das interpretações da fenomenologia de Hegel, feitas por Kojève e Hyppolite; a fenomenologia do Ser de Heidegger e o existencialismo de Sartre; a redescoberta e a leitura estruturalista de Freud, feitas por Lacan; a presença de Bataille e Blanchot na obra de muitos pós-estruturalistas; a epistemologia radical de Bachelard e os estudos da ciência de Canguilhem (PETERS, 2000)

Desse modo, a partir de Nietzsche, os pensadores pós-estruturalistas enfatizam que o significado é uma construção ativa e dependente do contexto, questionando, portanto, a suposta universalidade dos metarrelatos. Apropriam-se do pensamento nietzschiano da diferença, operação teórica que permite substituir o "trabalho da dialética" pelo jogo da diferença. Além disso, seguindo Nietzsche, os pós-estruturalistas questionam o sujeito cartesiano-kantiano humanista que é tradicionalmente visto como autônomo e fonte de todo o conhecimento e da ação moral e política (PETERS, 2000).

Essa crítica heideggeriana tem origem na fratura que Nietzsche impôs à modernidade com sua máxima "Deus está morto". Nietzsche invalida o discurso humanista como doutrina que atribui ao homem o papel central de sujeito como ser pleno e autoconsciente. Assim, destaca Peters (2000), seguindo a crítica nietzscheana da metafísica ocidental, os pensadores do pós-estruturalismo partem de uma noção de sujeito imerso em toda sua complexidade histórica e cultural. Emerge, então, a partir daí a ideia de um **sujeito-descentrado** e dependente do sistema linguístico, um sujeito discursivamente constituído pela interseção de forças libidinais e de práticas socioculturais (PETERS, 2000).

## **O homem nos Estudos Organizacionais: das abordagens clássicas às abordagens pós-estruturais**

O campo dos estudos organizacionais é interdisciplinar se apoiando no conhecimento de outras disciplinas para compreensão do fenômeno organizacional. Essa interdisciplinaridade enriquece a análise, mas, também, dificulta um consenso sobre o campo (CLEGG e HARDY, 2012; FARIA, 2009; ALCADIPANI, 2009; MISOCKY, 2010; PAULA, 2008). Nesse campo disciplinar historicamente contestado (REED, 2012) há vários modos de classificar as correntes de pensamento que formam o corpo de teorias próprias da área de organizações. Porém na perspectiva desse trabalho há duas maneiras principais de analisar a noção de sujeito subjacente as teorias administrativas e organizacionais: a ideia de sujeito-racional própria da tradição filosófica e a ideia de sujeito-descentrado própria das abordagens pós-estruturalistas.

O início do século XX conheceu a consolidação da administração enquanto conhecimento sistematizado e científico. Os principais nomes desse período foram Taylor, Fayol e Ford e com eles surgiu a noção de **Homem Econômico**. Essa ideia de homem encontra sustentação na Teoria Econômica Clássica, **significando um ser**



# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

**calculista, racional, previsível e voltado a recompensas materiais.** Este modelo de homem, também conhecido como homem operacional (RAMOS, 1984), era considerado um mero recurso organizacional, implicando um estilo de liderança autoritário e uma política de treinamento de cunho comportamental (MOTTA e VASCONCELLOS, 2006).

Fonseca e Machado-da-Silva (2010) corroboram essa visão, observando que o conceito de homem econômico nos estudos organizacionais se coduna com a ideia de os indivíduos são calculistas e motivados para o trabalho pela necessidade de obtenção de recompensas econômicas. A eficiência no desempenho das tarefas para o cumprimento dos objetivos organizacionais é enfatizada e os desvios de comportamento são considerados uma restrição a ser superada por meio da adoção de algumas ferramentas e procedimentos, tais como reestruturação de funções, modificação dos sistemas de incentivo e de treinamento.

Apesar de seu sucesso, no início do século, as práticas organizacionais propaladas pelos pensadores da escola científica da administração logo mostraram seus limites. Assim, constatou-se que tais práticas em nada contribuíam para eliminar os chamados desvio de comportamento dos funcionários e o questionamento das relações de trabalho, abrindo espaço para contestações ao sistema produtivo imposto (PAULA, 2002).

Como resposta a esses conflitos, emerge a escola das relações humanas, que segundo, Tragtenberg (1978), se por um lado conseguiu responder intelectualmente aos conflitos trabalhistas, solucionando as falhas da escola clássica, por outro seguiu dando continuidade à ideologia da harmonia administrativa (PAULA, 2002).

Assim, com a escola de relações humanas, emerge o **Homem Social**. O foco desta escola era compreender o comportamento do indivíduo dentro dos grupos na organização de modo a identificar oportunidades de aumentar a produtividade. Segundo Ramos (1984), os expoentes desta escola diferiam dos anteriores uma vez que conheciam a natureza da motivação humana, dando importância aos valores, sentimentos e atitudes no processo produtivo.

Por essa abordagem o ser humano é visto como um **ser passivo, reagindo de forma padronizada aos estímulos organizacionais** (MOTTA e VASCONCELOS, 2006). Para Ramos (1984, p. 4) o homem social era visto como um “homem reativo”, facilmente ajustável ao contexto de trabalho. Importa destacar, conforme Paula (2002) que Tragtenberg, em seus estudos, constatou que o positivismo é a base da lógica cooperativa e integradora que permeia a escola das relações humanas. Segundo a autora, o caráter ideológico da tal escola vem à tona na medida em que busca dissimular a dominação por meio de práticas participativas, desviando a atenção de seu objetivo central, que é manter a produtividade nas organizações.

Outro ponto em que a autora chama a atenção é que, embora Tragtenberg tenha realizado seus estudos se dirigindo à escola das relações humanas e à psicologia social, ele também estava se referindo à escola comportamentalista e seus representantes, Abraham Maslow, Frederick Herzberg, Douglas McGregor, Rensis Likert e Chester Barnard. Assim, a Escola comportamentalista, ao utilizar as técnicas como a dinâmica

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

de grupo, a liderança não-diretiva e o aconselhamento prosseguiu legitimando a ideologia da participação (PAULA, 2002).

Com a escola comportamentalista emerge a ideia de **Homem Administrativo**. Essa escola defendia a valorização do trabalhador em qualquer empreendimento baseado na cooperação, buscando subsídios para tais estudos em outros campos da ciência, tais como a antropologia, a psicologia e a sociologia. Adaptando para a administração conceitos originalmente elaborados dentro dessas ciências, propunha-se fornecer uma visão mais ampla da motivação humana e respectivo comportamento.

Segundo Fonseca e Machado-da-Silva (2010) subjacente à definição de homem administrativo, encontra-se a ideia de que os indivíduos não são movidos no trabalho predominantemente por incentivos econômicos, mas se contentam com as possibilidades ao seu alcance. Eles **interagem, compartilham valores e interesses, assumindo objetivos da organização**. Conforme os autores, o gestor, sob a ótica do comportamentalismo, não dispõe de todas as informações necessárias e tampouco possui capacidade intelectual para lidar simultaneamente com grande quantidade delas.

Desse modo, ao contrário do que se preconiza na visão de homem econômico, o homem administrativo efetua escolhas sem condições de analisar todas as alternativas possíveis, configurando assim na chamada racionalidade limitada defendida por Simon (FONSECA e MACHADO-DA-SILVA, 2010).

Com a teoria estruturalista, na década de 50, emerge um modelo chamado de **Homem Organizacional**, um indivíduo **tolerante às frustrações e capaz de adiar recompensas, reacionário, conformado com as condições e condicionado pelas regras** do ambiente de trabalho dentro de uma visão comportamentalista (MOTTA e VASCONCELOS, 2009).

Este homem por depender das organizações para nascer, viver e morrer (ETZIONI, 1976) tornou-se adaptado a mudanças contínuas (MOTTA e VASCONCELOS, 2009). O homem organizacional responde aos pressupostos da Teoria da Burocracia que emerge na década de 1940 a partir dos trabalhos de Max Weber. O modelo burocrático surge como uma proposta eficiente de estrutura administrativa para organizações complexas, regulada pelas normas e inflexibilidade hierárquica.

Nos anos 50 e 60 a teoria de sistemas foi recebida com entusiasmo pelo campo dos estudos organizacionais já que se presumia que essa teoria forneceria os fundamentos intelectuais para a nova ciência social (REED, 2012). Na Teoria dos Sistemas, com Katz e Khan (1976), em meados de 1960, as organizações passam a ser vistas como sistemas sociotécnicos, incluindo desde as relações sociais, grupos informais, cultura e motivação, até os recursos físicos do trabalho, tais como divisão do trabalho, tecnologia, instalações, procedimentos, entre outros (MOTTA e VASCONCELLOS, 2006).

Com esse tipo de sistema, nasce o **Homem Funcional**, à medida que **desempenhava diversos papéis** e sofria, em termos emocionais e interpessoais, com conflitos sobre as expectativas diversas com as quais devia lidar (KATZ e KAHN, 1976). O Homem Funcional se **caracterizava pela dinâmica profissional e pela capacidade de entendimento holístico dos processos**, uma vez que surgia também do

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

fortalecimento da conexão organização-sociedade permeada pela lógica de sistema aberto para as organizações da época. Suas habilidades de mudança e adaptação a novos fatores se mostraram parte intrínseca do desenvolvimento organizacional desde então (MOTTA e VASCONCELOS, 2009).

Nas décadas de 60 e 70, surge a figura do **Homem Complexo**, oriundo da Teoria Contingencial. Essa abordagem surge com o objetivo de estudar a relação entre a organização e o ambiente. Nesse recorte teórico, a contingência significa incerteza, eventualidade, possibilidade de um fato acontecer ou não. Logo, a Abordagem Contingencial propõe que a eficácia organizacional só é atingida após o uso de variados modelos, pois não existe uma forma única de atingir um dado objetivo (MOTTA e VASCONCELOS, 2009).

São representantes dessa abordagem os pesquisadores Tom Burns e G. Stalker (1961), Alfred Chandler (1962), Paul Lawrence e Jay Lorsch (1972), entre outros (DONALSON, 2012). O homem complexo, uma extensão do homem social **é um indivíduo com necessidades múltiplas, ligadas ao desenvolvimento pessoal, aprendizagem e auto-realização** a partir da atividade profissional. Não obstante, o homem complexo constrói a sua identidade a partir do sentido que atribui à sua ação no ambiente de trabalho.

Cabe sublinhar aqui, conforme Burrell (2012) que a ascensão da teoria dos sistemas, bem como do seu desdobramento na teoria da contingência não rompeu com os pressupostos da ciência moderna, racionalismo e burocracia, uma vez que estas teorias não prescindiram da utilização de métodos positivistas na busca da manutenção das harmonias administrativas (PAULA, 2002).

Contudo, há que se observar que apesar de não romper com os pressupostos do funcionalismo, a abordagem sistêmica/contingencial influenciou no desenvolvimento de outras abordagens no campo organizacional, notadamente, na emergência dos chamados enfoques pós-contingências: cognição e aprendizagem e as teorias ambientais - ecologia populacional, dependência de recursos, custos de transação e teoria institucional que ganham notoriedade a partir da década de 1970 (MOTTA e VASCONCELLOS, 2006).

A abordagem cognitivista foi utilizada no campo disciplinar dos Estudos Organizacionais, sobretudo, nos enfoques ditos pós-contingenciais por representar um avanço em relação a ideia de sujeito da racionalidade absoluta do mainstream e administração. Assim, por exemplo, os estudos sobre a aprendizagem organizacional e a teoria institucional contaram com o aporte da abordagem cognitivista.

Conforme Carvalho et al (2005), a década de 1970 é identificada por diversos autores (DIMAGGIO e POWELL, 2001; MARCH e OLSEN, 1993; Scott, 1995), como a da retomada da teoria institucional no campo das ciências sociais com destaque para a economia e a sociologia. Na área dos estudos organizacionais tem prevalecido o enfoque sociológico devido sua valorização das propriedades simbólico-normativas das estruturas que proporcionou novas possibilidades para a pesquisa empírica, especialmente por expandir a compreensão sobre dimensões do ambiente e das relações interorganizacionais.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

A teoria institucional questionou natureza exclusivamente técnica e racional do ator organizacional e a salientou a importância dos elementos políticos, cognitivos, e mesmo culturais do ambiente. Contudo, apesar dessa ênfase, a teoria institucional mantém-se na tradição contingencialista na medida em que localiza no ambiente os elementos condicionantes da ação (CALDAS e VIEIRA, 2006; CRUBELLATE, 2007; MACHADO-DA-SILVA e FONSECA, 1999).

Crubellate (2007) observa que apesar da teoria institucional romper com a ideia da racionalidade absoluta dominante até então na administração clássica, não rompe com a noção de sujeito racional. Isso porque, a teoria institucional permanece atrelada a ênfase na estrutura formal e procedimentos racionalizados de trabalho como forma das organizações aumentarem sua legitimidade e suas perspectivas de sobrevivência.

Assim, a teoria da contingência, as abordagens cognitivistas, bem como a teoria institucional, apesar de ampliarem o entendimento a respeito do sujeito para além da ideia da racionalidade absoluta e da autonomia plena, não rompem com a noção do sujeito racional. O que se percebe é que permanecem atreladas a ideia de razão como o centro da produção de conhecimento na medida os significados que os sujeitos constroem em interação social é atributo do eu (self) (CLOVIS-DA-SILVA et al, 2005; CARVALHO et al, 2005).

O mesmo pode ser dito das abordagens ambientais, tais como as teorias da Dependência de Recursos, dos Custos de Transação, da Ecologia Populacional que defendem a ideia de que o ambiente, e não os gestores, são os determinantes últimos do sucesso ou fracasso organizacionais. Conforme apontam Motta e Vasconcellos (2006) essas abordagens abrem mão da ideia do sujeito racional do individualismo metodológico<sup>5</sup> para trabalhar com a noção de racionalidade limitada tal qual a teorizada por Herbert Simon.

As correntes do pensamento administrativo de cunho funcionalista/positivista predominaram até a década de 1970. A partir dessa época surgiram novas abordagens que se colocaram contra a epistemologia positivista presente nas abordagens do mainstream em administração. Das abordagens surgidas, as duas principais que disputam espaço com o mainstream são as interpretativas e as críticas (CLEGG e HARD, 2012; BURREL e MORGAN, 1979).

As abordagens interpretativistas, aglutinadas nos estudos de Burrel e Morgan (1979) sob o guarda-chuva do paradigma interpretacionista, comportam uma ampla variedade de correntes filosóficas e sociológicas que possui em comum a busca por compreender e explicar o mundo social a partir do ponto de vista dos sujeitos envolvidos nos processos sociais. O paradigma interpretacionista comporta o solipsismo, a fenomenologia e a hermenêutica.

Conforme Burrel e Morgan (1979), apesar de apresentar características distintas, esses pensamentos têm em comum a preocupação em compreender a experiência subjetiva dos indivíduos. Suas teorias são construídas a partir do ponto de

---

<sup>5</sup> O individualismo metodológico concebe a noção de sujeito como um ator racional, autônomo e maximizador, estando essa corrente de pensamento associada ao campo disciplinar da economia neoclássica.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

vista do sujeito da ação e a realidade social é vista como um processo emergente, uma extensão da consciência humana e da experiência subjetiva.

O solipsismo é uma forma extrema de subjetivismo uma vez que percebe o mundo uma criação da mente do sujeito não existindo nada além daquilo que ele percebe em sua mente e em seu corpo. Já a fenomenologia apresenta uma variedade de abordagens, construídas a partir dos trabalhos de Edmund Husserl (1859-1938). Assim, se debruçaram sobre a fenomenologia, os filósofos Schutz, Scheller, Heidegger, Sartre, Merleau-Ponty cada qual fazendo distintas contribuições. Podem-se identificar dois tipos de fenomenologia: a transcendental e a existencial (BURREL e MORGAN, 1979)..

Além disso, no âmbito da fenomenologia que se inserem duas escolas de pensamento cujos pressupostos são bastante utilizados no estudo das organizações: a etnometodologia e o interacionismo simbólico.

O interacionismo simbólico, com raízes no behaviorismo, surgiu do esforço de alguns sociólogos em compreender as interações existentes entre as pessoas e o seu reflexo na sociedade, tendo como principais representantes, George Herbert Mead e Herbert Blumer (VERGARA e CALDAS, 2007).

Para os autores, o interacionismo simbólico sublinha o aspecto subjetivo do comportamento humano presente no grupo social e tem como princípio fundamental a interação entre as pessoas. (VERGARA e CALDAS, 2007, p. 228). De acordo com Blumer (1986) o interacionismo simbólico se fundamenta em algumas premissas, tais como o significado dos fenômenos surge da interação social que um membro tem com o outro e os significados dos fenômenos são apropriados e modificados por um processo interpretativo de criação de sentido (VERGARA e CALDAS, 2007).

Já a etnometodologia se caracteriza pelo estudo detalhado do cotidiano da vida dos sujeitos e tem ligação com a fenomenologia de Alfred Schutz. O termo foi cunhado por Harold Garfinkel, na década de 1940, na Universidade de Chicago. A etnometodologia busca descobrir como e o que as pessoas fazem na sua vida diária, em sociedade, para construir a realidade social, bem como a natureza da realidade construída. O conhecimento que as pessoas adquirem é o do dia-a-dia, definindo o que é a realidade para elas (VERGARA e CALDAS, 2007).

Burrel e Morgan (1979) apresentam uma sutil diferença entre a etnometodologia e o interacionismo simbólico. Para os autores a etnometodologia, geralmente, focaliza o modo como os indivíduos se responsabilizam por seu mundo e lhe dão um sentido. O interacionismo simbólico focaliza o contexto social no qual os indivíduos, ao interagirem, empregam uma diversidade de práticas para criar e manter definições particulares do mundo; realidades e fatos são criações sociais. No Brasil, as ideias do interpretacionismo estão presentes em trabalhos de diversos pesquisadores dos estudos organizacionais nos temas como cultura e simbolismo, identidade, poder, relações de gênero (SARAIVA e CARRIERI, 2008; DAVEL e VERGARA, 2001).

De maneira geral a noção de sujeito mobilizada nas correntes do interacionismo simbólico e da etnometodologia buscaram romper com a noção de sujeito cartesiano associados ao individualismo metodológico, para por em relevo as relações sociais. Nesse sentido, conforme Hall (2012) a noção de sujeito sociológico

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

oriundo do chamado interacionalismo simbólico se propõe a assumir a crescente complexidade do mundo moderno, bem como deslocar a ideia de que o sujeito é plenamente autônomo e autossuficiente como o queria a filosofia tradicional.

Contudo, cabe destacar que apesar dos desdobramentos críticos em relação ao noção do sujeito da filosofia tradicional no que diz respeito a racionalidade e autonomia, o sujeito do interacionalismo simbólico e afins não rompe com o essencialismo que define o sujeito moderno como uma substância fixa e idêntica a si mesmo, uma vez que aposta na capacidade do sujeito ligado a ideia do eu (self) de construir sentidos a partir da interação social (HALL, 2012).

Esse também é o caso dos chamados franceses de esquerda que se interessaram pelas organizações, tais como Enriquez, Dejours, Pagés que apesar de se apropriarem da abordagem freudiana, mobilizando conceitos específicos, repressão, recalque, projeção, o fizeram sobre o pano de fundo da psicossociologia e da psicodinâmica, bem como da abordagem sócia-técnica ligada ao Instituto de Tavistock (LEÃO, 2012; PAULA, 2008)

Vimos até agora que a concepção de sujeito subjacente as teorias organizacionais desde os enfoques clássicos até os chamados pós-contingenciais e os interpretativistas obedecem, com algumas diferenças, aos pressupostos da tradição filosófica ocidental que defende uma concepção de sujeito autônomo, racional e transparente.

## **Os estudos Críticos a caminho do descentramento do sujeito nos estudos organizacionais: entre o sujeito-racional do humanismo radical e o sujeito-descentrado das abordagens pós-estruturais**

Os estudos críticos em administração ganharam notoriedade principalmente a partir da década de 1990 após a publicação do livro *Critical management studies* de Alvesson e Willmott em 1992. Nesse livro, os autores tratam a administração como fenômeno histórico e cultural, contrariando a visão predominante até então no campo que via as organizações como fenômenos naturais.

Segundo Adler Forbes e Willmott (2007), os estudos críticos em administração tem questionado o conceito de sujeito autônomo, bem como de que as organizações são um dado natural e também a pressuposição de que o conhecimento pode ser separado do poder. De maneira geral os CMS possuem como elementos fundamentais a desnaturalização dos fundamentos teóricos tradicionais em administração; a ação desligada da performance e a busca pela emancipação (DAVEL e ALCADIPANI, 2002).

Os trabalhos da linha dos estudos críticos em administração tem buscado inspiração no marxismo, sobretudo, em suas críticas e análises do processo de trabalho de Marx, bem como na Teoria Crítica da Escola de Frankfurt e com os estudos de Foucault, dos pós-estruturalistas, do feminismo, da psicanálise, do pós-colonialismo. Cabe destacar que desde seus primórdios o CMS mostrou-se um movimento

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

multidisciplinar e pluralista, incorporando uma diversidade de perspectivas teóricas (ADLER et al, 2007).

Sobre os estudos críticos em administração se produziu no Brasil, nos anos de 2005 e 2009, uma ampla discussão sobre a diversidade de abordagens que o inspira, bem como sobre a pertinência dessas variadas bases epistemológicas à ideia do que seja crítico, crítica domesticada ou gerencialismo crítico, numa discussão entre reformismo e emancipação (ALCADIPANI, 2005; MISOCZKY e ANDRADE, 2005; ALCADIPANI e TURETA, 2009; PAULA et al, 2009; FARIA, 2009). Essas discussões podem ser acessadas na RAC<sup>6</sup> e Cadernos Ebape<sup>7</sup>.

Importa sublinhar, entretanto, que no Brasil, a tradição crítica precede o movimento internacional dos estudos críticos em administração. Isso porque, nos termos de Faria (2009), Paula (2008), Vieira e Caldas (2006), a contestação do positivismo nos estudos organizacionais encontrou solo fértil nos trabalhos de Alberto Guerreiro, Maurício Tragtenberg e Fernando Prestes Motta já nas décadas de 1970.

Na visão de Paula (2008), no Brasil, antes mesmo da consolidação dos estudos críticos organizacionais como área de pesquisa, já se percebia uma “tradição autônoma” destes estudos, o que confirma a tese de que a tradição crítica nacional não é, portanto, uma simples importação de paradigmas estrangeiros, nem mesmo consequência da consolidação desta área de estudos na Inglaterra (DAVEL; ALCADIPANI, 2002).

Para Guerreiro Ramos (1983), por exemplo, a razão foi desvirtuada em racionalidade instrumental na modernidade. Para o autor, a razão no sentido antigo era entendida como uma força ativa na psique humana e responsável pela distinção entre o bem e o mal, entre o conhecimento verdadeiro e o falso, ordenando assim a vida social. Essa ideia de razão é oriunda das reflexões de Platão e Aristóteles que enfatizam a dimensão ética da vida humana associada.

A influência dessa tradição pode ser percebida na definição de homem de Guerreiro Ramos, o homem parentético. Conforme Azevedo e Albenaz (2006), a partir da década de 1950, Guerreiro Ramos transforma sua noção de homem, porém sem abandonar seus fundamentos. Apesar da inspiração da fenomenologia, Guerreiro Ramos dá um prolongamento crítico em relação sujeito transcendental husserliano, adotando em seu lugar uma ideia de que o homem é um ser em circunstância, um ser no mundo conforme acepção de Heidegger.

De acordo com Siqueira (2014) para dar corpo a reconceitualização de homem, Guerreiro Ramos criou a noção de homem parentético associado à ideia de uma razão noética, autonomia e autorealização. Ao fazer isto Guerreiro Ramos concluiu seu projeto humanista o radical. O homem parentético, um sujeito crítico e ético, foi apresentado como contraponto dos modelos organizacionais de homem operacional e reativo (SIQUEIRA, 2014).

Por essa ideia de homem fica evidente a filiação de Guerreiro Ramos a tradição filosófica ocidental, e, conseqüentemente a concepção hegemônica de sujeito, o sujeito-racional, transparente, autônomo e racional. Desse modo, Ramos (1984) ao prescrever

<sup>6</sup> Revista de Administração Contemporânea RAC, v. 9, n. 1, Jan./Mar. 2005.

<sup>7</sup> Cadernos Ebape, v. 7, nº 3, Rio de Janeiro, Set. 2009.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

as características ontológicas do homem parentético cristaliza a ideia de homem numa identidade fixa, definida e a priori tal qual a metafísica da presença<sup>8</sup>.

Ao fazer isso o autor efetua o centramento da noção de sujeito fundado na razão substantiva como uma instância capaz de dar conta da complexidade das relações sociais e, por conseguinte, desconsidera os afetos inconscientes que agem sobre os sujeitos. Freud (1980) nos ensinou que a razão tão aclamada pela modernidade como aquilo que fundamenta o sujeito, o mundo e o conhecimento sobre ele, não passa de uma ilusão. Isso porque, sobre o sujeito operam forças inconscientes sem que o sujeito se de conta disso.

Ao enfatizar o inconsciente, a psicanálise freudiana colocou em questão os pressupostos da razão, pilar do pensamento moderno, bem como a equivalência entre subjetividade e consciência e o postulado da autonomia do sujeito. Assim, ao deixar de caracterizar o sujeito pela transparência dos atos de consciência, Freud desloca o solo seguro da consciência como base da teoria da subjetividade.

As considerações sobre a concepção de sujeito pressuposto no pensamento de Guerreiro Ramos podem ser estendidas aos trabalhos de Maurício Tragtenberg. Segundo seus interpretes (ANTUNES, 2001; FARIA, 2003; MISOCZKY, 2013; PAULA, 2008) Maurício Tragtenberg era um intelectual complexo e heterodoxo transitando entre Weber, Marx, Bakunin, Kropotkin, Trotski, Tolstoi e Dostoievski, não seguindo cartilhas ou interpretações padronizadas.

Os temas de interesse de Tragtenberg são a auto-organização dos trabalhadores na direção autônoma de suas lutas, sendo essa terminologia coerente com a matriz marxista e/ou libertária: autogoverno dos produtores em Karl Marx; auto-organização, autodeterminação, autorresponsabilidade e autoatividade em Rosa Luxemburgo; conselhos de fábrica, direção da produção e governo direto dos produtores em Gramsci; posse dos meios de produção e autogoverno pelos produtores em Proudhon; coletivismo em Bakunin; autogoverno para organizar a produção em Pannekoek (MISOCZKY, 2013).

Além disso, conforme Faria (2003), em referência às contribuições de Marx, a obra de Tragtenberg foi influenciada pelos conceitos de classes sociais, de divisão do trabalho, de relações de produção, de forças produtivas, de ideologia, de alienação. O método também se faz importante, uma vez que desde o início das suas obras Tragtenberg se utiliza da dialética para realizar suas reflexões.

---

<sup>8</sup> A metafísica da presença é um termo criado por Derrida (1991) para descrever a tradição filosófica ocidental como "metafísica", no sentido de que ela estabelece um fundamento último para a realidade. A este fundamento Derrida dá o nome de "presença". Derrida segue a filosofia heideggeriana para o qual a história do pensamento ocidental foi a história do esquecimento do Ser, no qual este foi tomado como simples presença, ou seja, como objetividade plena, como aquilo que é simplesmente dado, presente, cristalizado na noção de identidade. Nos termos da linguística, dentro do espectro da filosofia analítica, a palavra que nomeia algo é identificada como sendo a própria coisa, o pensamento pós-estruturalista com base nos desenvolvimentos de Ferdinand Saussure rompe com essa ideia do referente para por em seu lugar que a palavra mata a coisa e o sentido é uma construção relacional, precária e contingente.



# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Embora Tragtenberg, a exemplo de Guerreiro Ramos, não tenha elaborado uma noção de sujeito isso não quer dizer que ela não esteja pressuposta em suas teses. Em termos epistemológicos, segundo seus interlocutores (ANTUNES, 2001; FARIA, 2003; MISOCZKY, 2013; PAULA, 2008) Tragtenberg se filia ao pensamento marxista/anarquista<sup>9</sup> mesmo que de maneira heterodoxa. Conforme vimos nesse trabalho, a abordagem marxista opera dentro da matriz humanista tal qual a proposta por Heidegger. Assim sendo, estando os trabalhos de Tragtenberg ligado a está corrente de pensamento, o sujeito pressupostos em suas teses é aquele da tradição filosófica ocidental.

Outro importante intelectual crítico da área de organizações foi Fernando Prestes Motta que, de acordo com Faria (2003), caminhou por uma variedades de temas, dentre os quais destacam-se: a) das organizações burocráticas; b) da ideologia e da hegemonia política; c) das formas de administração/gestão; d) da cultura e da psicanálise. Tais abordagens indicam uma direção reflexiva, caracterizada por incorporações, em sua base conceitual, de novas articulações teóricas que permitem lidar com a realidade estudada (FARIA, 2003).

Os estudos de Fernando Prestes Motta, destaca Faria (2003) são atravessados pelo tema do poder, seguindo a linha de estudos críticos sobre organização na tradição tragtenberguiana. A burocracia e suas formas organizacionais são os pontos de referência em suas análises, que transitam, com desenvoltura, entre diversos autores, Weber, Marx, Gramsci, Althusser, Poulantzas, Proudhon, Freud, Foucault, Enriquez e Dejours (FARIA, 2003).

Dos três autores clássicos da administração, Prestes Motta é o mais eclético em termos de abordagens com diferentes epistemologia ao percorrer áreas que vão do marxismo, autogestão com Proudhon, pós-estruturalismo<sup>10</sup> com Foucault e a psicanálise com Enriquez, Pagés, Dejours e Freud epistemologias que adotam por conseguinte diferentes concepções de sujeito. Desse modo, Prestes Motta, se filia por um lado, a matriz humanista cuja ideia de sujeito associada é aquela da metafísica da presença e, por outro lado, a matriz pós-estruturalista que defende a ideia de sujeito-

---

<sup>9</sup> Nesse trabalho consideramos que o anarquismo se encontra dentro do espectro do humanismo tal qual falado por Heidegger e pressupõe de igual modo uma noção racional de sujeito. Isso porque, conforme Souza (2006) o anarquismo só surge como corrente socialista distinta em virtude das divergências entre a ideia federalista/autonomista/antiestatista e a concepção comunista-estatal presente no marxismo da época. Divergências essas que culminaram em uma disputa interna na I Internacional, polarizada em torno das figuras de Karl Marx e Mikhail Bakunin. Desse modo, é praticamente impossível falar do anarquismo, sua origem e seus princípios, sem contrapô-los aos princípios defendidos por Marx durante o período I Internacional (SOUZA, 2006).

<sup>10</sup> Conforme vimos, o movimento estruturalista sofreu uma crise interna com o questionamento de alguns de seus pressupostos, o que levou a emergência do pós-estruturalismo, cuja principal tarefa era a reelaboração da noção de sujeito fora da conotação ontológica, implicando a alternativa entre o sujeito da liberdade radical do humanismo filosófico ou a morte do sujeito do estruturalismo. Desse modo, em virtude dessa virada crítica do estruturalismo em pós-estruturalismo, alguns dos pensadores que foram rotulados de estruturalistas passaram a ser classificados de pós-estruturalistas. Assim, no âmbito desse ensaio, Michel Foucault é entendido como pós-estruturalistas, embora ele jamais tenha reconhecido este rótulo.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

descentrado. Por essa perspectiva, o sujeito não é autônomo, nem racional, mas constituído por forças sociais e libidinais.

No campo disciplinar dos Estudos Organizacionais essa tríade de autores críticos brasileiros é vista no quadro do humanismo radical. Essa perspectiva, o humanismo, sustenta-se na crença de uma essência humana cujo fundamento em última instância é a razão (HEIDEGGER, 2008). Nesse sentido, tendo em vista a análise proposta nesse trabalho sobre a concepção de sujeito nos Estudos Organizacionais em uma visão entre sujeito-racional e sujeito-descentrado, pode-se inferir que os autores Guerreiro Ramos, Maurício Tragtenberg se alinham a visão de homem da filosofia tradicional enquanto Fernando Prestes Motta transita entre ambas as perspectivas, estando, contudo, mais próximo, segundo nossa avaliação da ideia de sujeito-racional.

O mesmo pode ser dito das abordagens marxistas cuja visão de homem está dentro do espectro da tradição filosófica ocidental. Assim, se por um lado, Marx se configurou ao lado de Freud e Nietzsche como um dos filósofos da suspeita ao questionar o saber dominante, denunciando o caráter ilusório de uma consciência transparente a ela mesma (RICOEUR, 1977), por outro, cristaliza e essencializa a noção quando elege o proletariado como o sujeito privilegiado da história, capaz de tomar consciência da sua condição de opressão e emancipar-se da alienação da qual está submetido.

Assim sendo, as abordagens mobilizadas pelos estudos críticos em organizações que trabalham com a noção de sujeito-descentrado são aquelas ligadas ao pós-estruturalismo de Foucault, Derrida e Deleuze, etc., a teoria do ator rede, as teorias feministas pós-estruturalistas, as abordagens psicanalíticas, as análises do discurso (Análise do Discurso e Análise Crítica do Discurso), as teorias multiculturais e identitárias, as abordagens de Wittgenstein, Bourdieu, Giddens, etc.

Importa ainda observar que essa classificação não se pretende exaustiva e esta sujeita a questionamentos. Por exemplo, um olhar mais apurado, a maneira de uma lupa, poderia mostrar que algumas teorias associadas ao pós-estruturalismo, como a teoria do ator rede (ANT), também se vincula a corrente sociotécnica, oriunda da psicologia social que compartilha o essencialismo da filosofia moderna com relação à noção de homem.

Outro ponto de questionamento importante e que merecia um aprofundamento, não possível nesse trabalho, é sobre a ideia de homem em Marx e nas perspectivas marxistas. Isso porque, não há consenso dos seus interpretes e críticos sobre o estatuto do sujeito em Marx. Para alguns, o sujeito em Marx não possui essência por ser um ser histórico (LUCKAS, IASI), para outros (HEIDEGGER, FOUCAULT) Marx essencializa o sujeito em suas teses quando propõe o trinômio: alienação, ideologia, dominação.

## Considerações finais

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

Este ensaio buscou discutir a problemática do sujeito na tradição do pensamento filosófico ocidental e sua apropriação no campo disciplinar da ciência da administração. Dito isso, cabe ressaltar que esse ensaio não se pretendeu exaustivo no sentido de realizar uma busca completa sobre toda a produção científica em administração que trate dessa problemática.

Sabe-se que o questionamento dessa ideia de sujeito não é nova na área de estudos organizacionais, bem como a própria base epistemológica que lhe fundamenta, o pós-estruturalismo onde podemos encontrar uma série de trabalhos (PAULA et al, 2009; PAULA, 2012, 2013; ALCADIPANI e TURETA, 2009; SOUZA et al, 2011) que realizaram interessantes discussões sobre a epistemologia pós-estruturalista.

Desta feita, em consonância com os atos de denúncia e anúncio dos pensadores críticos em administração, esse ensaio pretendeu mostrar que o sujeito visto a partir da epistemologia pós-estruturalista não é o sujeito racional e pleno das teorias filosóficas tradicionais. O sujeito da filosofia da consciência, fruto de uma construção discursiva cujos contornos conceituais são definidos a priori, serve a interesses diversos na luta para impor uma visão de mundo nos diversos campos do saber, inclusive, no da administração.

À esse sujeito essencialista se opõe o pensamento pós-estruturalista. Desse modo, os apontamentos de Nietzsche, conforme visto, desconstruem os traços essencialistas do sujeito cartesiano para por em seu lugar um homem que se constitui na e pela linguagem sendo fruto, portanto, de forças socioculturais e libidinais. Essa qualidade ontológica do ser não permite seu fechamento numa identidade fixa, nesse sentido o sujeito do pós-estruturalismo é descentrado e sem essência.

Após essas discussões cabe a pergunta: que implicações têm a problematização da ideia de homem para os estudos organizacionais? São várias as implicações a começar pela visão racionalista de mundo que lhe impõe a sua imagem e semelhança. E o que é mais racionalista do que a lógica do lucro e do resultado imposto pelo mainstream em administração? E o que falar da racionalização se expandindo para outras dimensões da vida humana associada? Ora é comum ouvir que vivemos em um mundo administrado ou para falar como Giles Deleuze e Michael Foucault vivemos na sociedade de controle e do biopoder.

A reflexão sobre o sujeito não se dá sem consequências para os estudos organizacionais, já que estudar o sujeito, a partir da ideia de seu descentramento, proporcionaria implicações na maneira como os pesquisadores organizacionais realizam suas pesquisas e na forma como ocorre o processo de formação do administrador (HARDY e CLEGG, 2001; PAULA, 2012).

Hardy e Clegg (2001) declaram que ao olhar o sujeito como constituído por eventos além de qualquer controle imediato, a distância entre pesquisador e o pesquisado diminui, o que implica uma revisão nas metodologias de pesquisa utilizadas pela área que tem por bases epistemológicas a noção de sujeito-racional como é o caso das metodologias positivistas e interpretacionistas, incluindo metodologias etnográficas e fenomenológicas.

Ora, refletir sobre novas metodologias de pesquisa com base na noção de sujeito-descentrado nos coloca o importante desafio, qual seja, o de trabalhar com a

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

ideia de contingência e acaso. Isto porque, o sujeito à maneira do pós-estruturalismo é um lugar vazio que se constitui no embate com o outro, o que significa dizer que nem todas as suas ações são planejadas ou calculadas como quer a razão indolente. Disso depreende-se que as práticas organizacionais, assim como o sujeito, não podem ser apreendidos e elucidados completamente nem com a mais rigorosa análise empírica.

Diante do que foi dito acima, compartilhamos a visão de Paula (2013) sobre a importância de se pensar opções metodológicas que privilegie a capacidade de ação dos sujeitos de modo a romper com a falsa dicotomia teoria/prática e contribuir para a mudança social por meio de uma práxis libertadora (projeto político).

Assim, como Paula (2012), Serva (2010) e Ramos (1984) acreditamos na necessidade de pensar novas categorias para a ciência da administração visando romper com o reducionismo que lhe é impingida pelo mainstream em administração. Por isso, nos lançamos em tal empreendimento por acreditar que os momentos de liberdade existentes nas lacunas ou nos furos da estrutura são constitutivos de novas sociabilidades que o discurso hegemônico indolente insiste em ocultar (BOAVENTURA, 2002).

## Referências

- ADLER, P. S.; FORBES, L. C.; WILLMOTT, H. Critical management studies: premises, practices, problems, and prospects. Paper presented at Academy of Management Annual Meeting, Philadelphia, 2007.
- ANTUNES, R. Maurício Tragtenberg: a perda de um intelectual herético. In: Accioly e Silva, D; Marrach, S. A. (Org.). Maurício Tragtenberg: uma vida para as ciências humanas. São Paulo: Unesp, 2001.
- BAUMAN, Zygmunt. Modernidade líquida. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- BERGER, P.; LUCKMANN, T. A construção social da realidade. 20ª ed.. Rio de Janeiro: Editora Vozes, [1967] 2001.
- BLUMER, H. Symbolic Interactionism: Perspective and Method. Berkeley: University of California Press, 1986.
- BLUMER, H. Symbolic Interactionism: perspective and method. USA: University of California Press, 1986.
- BURRELL, G.; MORGAN, G. Sociological paradigms and organizational analysis; elements of the Sociology of corporate life. London: Heinemann, 1979.
- BURRELL, G. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. M. F.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. Revista de Administração Pública, v. 39, n. 4, p. 849-874, 2005.
- DAFT, R. L.; WEICK, K. E. Organizações como sistemas interpretativos: em busca de um modelo. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (coord). Teoria das Organizações. São Paulo: Atlas, 2007.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

- DERRIDA, J. A diferença. In: Margens da filosofia. Tradução Joaquim Torres Costa e António M. Magalhães. Revisão técnica Constança Marcondes César. Campinas, SP: Papirus, 1991.
- DOSSE, F. História do estruturalismo. Bauru (SP): EDUSC, 2007.
- DREYFUS, Hubert L.; RABINOW, Paul. Michel Foucault: uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica. Rio de Janeiro (RJ): Forense Universitária, 2010.
- DUMONT, L. Homo Aequalis: gênese e plenitude da ideologia econômica. Bauru, SP: EDUSC, 2000.
- FARIA, J. H. O pensamento crítico e criativo de Maurício Tragtenberg. São Paulo, v. 43, n. 2, Abr/Maio/Jun, 2003.
- GALLO, S. Anarquismo e educação: os desafios para uma pedagogia libertária hoje. Política e trabalho. Revista de Ciências Sociais, n. 36, p. 169-186, abril, 2012.
- HATCH, M. J.; YANOW, D. Organization theory as an interpretative science. IN: TSOUKAS, H.; KNUDSEN, C. (Eds.) The Oxford Handbook of Organization Theory. Oxford: Oxford University Press, p.63-87, 2003.
- HEIDEGGER, M. Ser e Tempo. 5ed. Petrópolis: Vozes, 2011.
- \_\_\_\_\_. Carta sobre o humanismo. Petrópolis: Vozes, 2011.
- HESSEN, J. Teoria do conhecimento. São Paulo (SP): Martins Fontes, 2003.
- JORGE, M. A. Fundamentos da Psicanálise de Freud a Lacan. v.1. As bases. 5. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.
- LEÃO, L. H. C. Psicologia do Trabalho: aspectos históricos, abordagens e desafios atuais. Revista de estudos contemporâneos da subjetividade. Rio de Janeiro, ECOS, v.2, n2, 2012.
- MACHADO-DA-SILVA, C. L. ; FONSECA, V. S. ; CRUBELLATTE, J. M. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. Revista de Administração Contemporânea (Impresso), v. 9, n. 1ª ed. esp, p. 09-39, 2005.
- MARSDEN, R.; TOWNLEY, B. Introdução: A coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.
- MERQUIOR, J.G. De Praga a Paris: uma crítica do estruturalismo e do pensamento pós-estruturalista. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.
- MISOCZKY, M. C. Homenagear Tragtenberg retomando as ideias e conceitos da matriz revolucionária. Maringá. Revista Espaço Acadêmico, n. 150, Nov. 2013.
- MISOCZKY, M. C.; AMANTINO-DE-ANDRADE, J. Uma crítica à crítica domesticada nos estudos organizacionais. Revista de Administração Contemporânea, Curitiba, v. 9, n. 1, p. 193-210, jan./mar. 2005.
- MIZOCZKI, M. Das práticas não-gerenciais de organizar à organização para a práxis da libertação. In.: MIZOCZKI, M., FLORES, R., MORAES, J. (org). Organização e práxis libertadora. Porto Alegre: Dacasa Editora, 2010.
- MOSE, V. Nietzsche e a grande política da linguagem. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

# V COLÓQUIO INTERNACIONAL DE EPISTEMOLOGIA E SOCIOLOGIA DA CIÊNCIA DA ADMINISTRAÇÃO

FLORIANÓPOLIS - SC - BRASIL (MARÇO/2015)

- PAULA, A. P. P. Maurício Tragtenberg. Contribuições de um marxista anarquizante para os estudos organizacionais críticos. Rio de Janeiro, 42(5):949-68, Set./Out. 2008.
- PETERS, M. Pós-estruturalismo e filosofia da diferença. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.
- REED, M. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. Handbook de estudos organizacionais. v. 1. São Paulo: Atlas, 2012.
- Ricoeur, P. Da Interpretação: ensaio sobre Freud. Rio de Janeiro: Imago, 1977.
- SAFATLE, V. Grande Hotel Abismo: por uma reconstrução da teoria do reconhecimento. São Paulo: Martins Fontes, 2013.
- SARAIVA, L. A. S.; CARRIERI, A. P. Simbolismo e dinâmica nas organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS, V, 2008, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: ANPAD, 2008.
- SCHRIFT, Alan D. Nietzsche french legacy: a genealogy of poststructuralism. New York: Routledge, 1995.
- SCHUMPETER, J. A. Capitalismo, socialismo e democracia. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1988.
- SIMMEL, G. O dinheiro na cultura moderna. In: SOUZA, J. E OËLZE, B. (Orgs) Simmel e a Modernidade. Brasília: Editora UNB, 1998.
- SIQUEIRA, G. Epistemologia da Razão Substantiva de Guerreiro Ramos. IV Colóquio Internacional e Epistemologia e Sociologia da Ciência da Administração, Florianópolis, 2014.
- SOUZA, Marcelo Lopes de. A prisão e a ágora. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006
- VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma interpretacionista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. In: CALDAS, M. P.; BERTERO, C. O. (coord). Teoria das Organizações. São Paulo: Atlas, 2007.
- VERGARA, S. C.; CALDAS, M. P. Paradigma Interpretativista: a busca da superação do objetivismo funcionalista nos anos 1980 e 1990. Revista de Administração de Empresas. V. 45, n. 4, out/dez 2005.
- VIEIRA, M. M. F.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: Principais alternativas à hegemonia funcionalista. Revista de Administração de Empresas. São Paulo, v.46, n.1, jan/mar, 2006.